

<b>Correio Manhã</b>	Periodicidade: <b>Diário</b>
31-01-2021	Classe: <b>Informação Geral</b>
	Âmbito: <b>Nacional</b>
	Página(s): <b>1,8,9</b>



## CRIMES DE MANUEL PINHO À BEIRA DA PRESCRIÇÃO P.8E9

VO | ATUALIDADE

DOMINGO 31 DE JANEIRO DE 2021



## RENDAS DA ENERGIA

### INVESTIGAÇÃO | ARRANCOU EM 2012

O Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) abriu o inquérito do caso EDP, relativo às rendas excessivas na energia, em 2012. Com sete arguidos, o processo investiga os alegados benefícios dados à EDP, no Governo de Sócrates, e supostas luvas pagas pela Odebrecht.

INQUÉRITO

# Crimes de Manuel Pinho em risco de prescrição

**DADO** ♦ MP diz que falta de decisão do Tribunal Constitucional a um recurso de Pinho coloca em “sério risco de prescrição o procedimento criminal” **SUSPEITA** ♦ Ex-ministro terá recebido alegadas luvas de 4,5 milhões de euros, entre 2005 e 2014

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

**O**s alegados crimes de corrupção de Manuel Pinho, ex-ministro da Economia, correm um “sério risco de prescrição”, segundo o Ministério Público (MP). O risco resulta da falta de decisão do Tribunal Constitucional (TC) sobre o recurso interposto por Pinho há mais de um ano, no qual alega que a sua constituição de arguido é inconstitucional. Pinho é suspeito de ter recebido, entre 2005 e 2014, do Grupo Espírito Santo (GES) e da EDP alegadas luvas de 4,5 milhões de euros, dos quais 1,2 milhões de euros quando era ministro da Economia.

**ENQUANTO GOVERNANTE PINHO TERÁ RECEBIDO 1,2 MILHÕES DE EUROS DO GES**

**DEFESA DO EX-MINISTRO NÃO CONHECE DESPACHO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Num despacho de 3 de dezembro de 2020, que o CM consultou nos autos do caso EDP, o MP afirma que a conclusão do processo está bloqueada pela inexistência da decisão do TC sobre os recursos apresentados por Pinho e por Miguel Barreto, ex-diretor-geral de Energia. A estes recursos, foi atribuído um efeito suspensivo, o que significa que o inquérito fica parado em relação a Pinho e a Barreto, ambos arguidos.

“Na verdade, a impossibilidade de interrogar Manuel António Gomes de Almeida de Pinho e Miguel Barreto Caldeira Antunes



Manuel Pinho terá tido, segundo o Ministério Público, uma promessa de Ricardo Salgado, então presidente do BES e líder do GES, no início de março de 2005

impede a conclusão do presente inquérito e poderá inviabilizar a sua confrontação com os factos que lhe são imputados”, afirma o MP no dito despacho. E acrescenta: “Isto sendo certo que essa decisão se encontra pendente no TC há mais de um ano e existe sério risco de prescrição do procedimento criminal”.

O MP não indica os crimes que correm o risco de prescrever. Pinho é suspeito de dois crimes de corrupção passiva, um crime de prevaricação, um crime de participação económica em negócio e um crime de branqueamento de capitais. Todos estes crimes têm um prazo de prescrição de 15

anos. Questionado Ricardo Sá Fernandes, advogado de Pinho, disse desconhecer o despacho do MP. Quanto ao risco da prescrição dos crimes, afirmou: “Esse assunto não está no meu foco, nunca me preocupei com isso”.

O primeiro crime de corrupção passiva ter-se-á consumado em março de 2005, após Pinho ter tomado posse como ministro da Economia e na sequência de uma alegada promessa de Ricardo Salgado, então líder do GES (ver infografia). Quando foi ouvido na comissão parlamentar de inquérito às rendas excessivas da energia, no final de 2018, Pinho negou ter recebido avanças do BES. ●



Mariana Canotilho, juíza do TC

**Constitucional diz que processo segue os seus trâmites**

O Tribunal Constitucional (TC) diz que “o processo [dos recursos interpostos por Manuel Pinho e Miguel Barreto] se encontra a seguir os seus trâmites”. Ambos os recursos foram distribuídos a Mariana Canotilho, filha do constitucionalista Gomes Canotilho. Mariana Canotilho foi proposta pelo PS para o TC. Apresentou escusa do processo, mas não foi aceite. ●

ARGUIDO | **JOÃO CONCEIÇÃO**

**J**oão Conceição, ex-assessor de Pinho, ganhou mais de 153 mil euros como diretor do BCP, de setembro de 2008 a maio de 2009, mas o BCP não encontrou provas do trabalho. Nesse período, assessorou o então ministro. O BCP pediu a devolução da verba a Conceição, mas este refutou. É arguido no caso EDP.



VALOR | **1,2 MIL MILHÕES**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO ALEGA QUE AS DECISÕES DE PINHO, COMO MINISTRO DA ECONOMIA, TERÃO BENEFICIADO INDEVIDAMENTE A EDP EM 1,2 MIL MILHÕES DE EUROS.**

ARGUIDO | **ARTUR TRINDADE**

**A**rtur Trindade, ex-secretário de Estado da Energia no governo de Passos Coelho, é arguido no caso EDP. Segundo o Ministério Público, Trindade foi nomeado presidente do OMP através da intervenção de António Mexia e João Manso Neto, então administradores da EDP. Trindade tem as funções suspensas.



**PROMESSAS DE RICARDO SALGADO A MANUEL PINHO**

NO INÍCIO DE MARÇO DE 2005 SEGUINDO O MINISTÉRIO PÚBLICO

- 1 Espírito Santo Enterprises, empresa suspeita de ser um saco azul do GES, continuava a pagar-lhe 14 963 euros por mês, como acontecia desde 2002
- 2 Pagamento de 500 mil euros a curto prazo, o que ocorreu a 11 de maio de 2005, quando Manuel Pinho já exercia funções governativas há cerca de dois meses
- 3 Regresso ao GES/BES após cessar as funções de ministro da Economia. Em 17 de maio de 2010, segundo informação enviada aos autos do processo pelo Novo Banco, Pinho foi readmitido no BES como diretor. Dois dias depois, a 19 de maio, Pinho foi nomeado administrador do BES África
- 4 Passagem à reforma aos 55 anos de idade com uma pensão equivalente a 100% do salário pensionável, correspondente a cerca de 62 mil euros por mês

**PAGAMENTOS DO GES A MANUEL PINHO**

NO PERÍODO EM QUE FOI MINISTRO DA ECONOMIA DE 12 DE MARÇO DE 2005 (TOMADA DE POSSE) A 2 DE JULHO DE 2009 (DEMISSÃO DO CARGO)



**Recursos têm influência decisiva no caso EDP**

❑ O Ministério Público (MP) considera que os recursos de Pinho e de Barreto que estão pendentes no Tribunal Constitucional (TC) “assumem uma influência determinante sobre a evolução dos presentes autos”. Por esse motivo, o MP sublinha que não é possível saber quando será possível concluir o processo. Sem a decisão do TC, o MP não poderá deduzir, por exemplo, a acusação contra António Mexia, ex-presidente da EDP e arguido no processo. ●



António Mexia foi presidente da EDP, entre 2006 e 2020

**AVENÇA MENSAL PAGA ATRAVÉS DE OFFSHORE**

❑ Pinho terá recebido do GES uma avença mensal de 14 963 euros, desde 2002. Enquanto foi ministro da Economia, terá recebido essa verba através de duas sociedades offshore: Mesete II e Tartaruga Foundation. ●



Miguel Barreto, ex-diretor-geral

**PORMENORES**

**Conhecimento pessoal**

Manuel Pinho e António Mexia conheceram-se, segundo o despacho de aplicação das medidas de coação em julho deste ano, nos anos 80 do século XX. Trabalharam ambos no Grupo Espírito Santo (GES): Pinho, entre 1994 e 2004, no BES e Mexia, entre 1980 e 1998, no BES.

**Carta de Salgado a Pinho**

Ricardo Salgado escreveu uma carta a Manuel Pinho em 10 de março de 2005, dois dias antes de Pinho tomar posse como ministro da Economia. Nessa carta, o então líder do BES e do GES elogiou Pinho e prometeu-lhe, em nome do BES, uma pensão milionária (ver Infografias).

**Constituição de arguido**

Pinho foi constituído arguido no caso EDP, em julho de 2017. A pedido da defesa, o juiz Ivo Rosa anulou essa decisão, em maio de 2018. O Tribunal da Relação de Lisboa revogou o despacho do juiz de instrução criminal, em junho de 2019. E a defesa de Pinho recorreu para o Constitucional, que está a apreciar o recurso.

**Autos autonomizados**

O Ministério Público (MP) extraiu uma certidão do caso EDP para ser aberto um inquérito autónomo relativo a Pedro Furtado e Pedro Rezende, ambos arguidos no processo. É no despacho que extrai essa certidão que o MP refere a existência de um sério risco de prescrição do procedimento criminal.

**Barreto suspeito de corrupção**

❑ Miguel Barreto, ex-diretor-geral de Energia de 2004 a 2008, é suspeito de corrupção, tráfico de influências e participação económica em negócio. Interpôs recurso no Tribunal Constitucional, no caso EDP, em 2019. É irmão do atual secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro, Tiago Barreto. ●



José Sócrates foi primeiro-ministro entre março de 2005 e junho de 2011

**Sócrates assistente no inquérito que investiga o 'Príncipe'**

❑ José Sócrates quer ser assistente no processo em que o Ministério Público (MP) investiga suspeitas de que a Odebrecht terá pagado alegados subornos ao 'Príncipe', nome de código de pessoa ainda não identificada, entre 2008 e 2015.

O antigo primeiro-ministro apresentou o requerimento de constituição de assistente, este mês, no processo 1441/17. No âmbito deste inquérito, em 2018, o MP pediu à Justiça do Brasil, por carta rogatória, que fosse feita uma pesquisa no sistema informático usado pela Odebrecht para gerir os alegados pagamentos de luvas, apreendido na Lava Jato, por palavras-chave associadas a

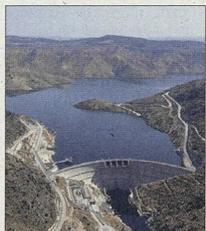
personalidades da vida política, empresarial e diplomática: José Sócrates era um dos nomes que estava nessa rogatória. O advogado do antigo governante já disse que Sócrates “nunca foi informado ou ouvido por causa dessa carta rogatória”.

**PROCESSO FOI APENSADO NO CASO EDP NO INÍCIO DE AGOSTO DE 2020**

No início de agosto de 2020, este inquérito foi apensado ao caso EDP. Como assistente, Sócrates pode intervir diretamente no processo. Pedro Dellile, advogado de Sócrates, diz que o MP ainda não respondeu ao pedido do antigo primeiro-ministro. ●

**Investigadas verbas de 4,66 milhões €**

❑ A Odebrecht terá pagado ao 'Príncipe' supostas luvas de 4,66 milhões de euros. Terão sido pagas assim: mais de 3,6 milhões de euros, entre setembro de 2008 e março de 2009; e mais de 800 mil euros, entre março e abril de 2015. Verbas estarão relacionadas com a adjudicação, em 2008, da barragem do Baixo Sabor. ●



Barragem do Baixo Sabor